



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **JOÃO DE DEUS**

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI AL Nº 3070/2013

AUTOR: DEPUTADO GESSIVALDO ISAÍAS

RELATOR: DEPUTADO JOÃO DE DEUS

I- RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 132 e seguintes, do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

O projeto de lei “proíbe a prática de frisagem em pneus, por parte de proprietários de oficinas, autopeças, borracharia e similares.”

Justifica o autor do projeto que a frisagem de pneus é um procedimento perigoso para o consumidor haja vista que reaproveita pneus que não tem mais condições de uso apenas refazendo as ranhuras, mas diminui a espessura do mesmo. Diferentemente da recauchutagem que repõe é a camada danificada deixando o pneu quase perfeito.

De acordo com o Regimento Interno desta Casa Legislativa compete a esta Comissão de Defesa do Consumidor analisar as proposições que foram dados pareceres quanto os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimental e de técnica legislativa. Desta forma, referida proposição foi encaminhada a esta relatoria para receber parecer quanto ao mérito nos aspectos da oportunidade e conveniência.

II – PARECER

É cediço que um dos princípios gerais norteadores da atividade econômica é a defesa do consumidor insculpido no art. 170, inciso V, da Constituição Federal.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL **JOÃO DE DEUS**

Dá proibir a frisão de pneus é uma necessidade imprescindível para a defesa do consumidor.

III - VOTO DO RELATOR

Em atendendo os preceitos já elencados e segundo as normas regimentais desta casa Legislativa, este relator é **FAVORÁVEL** à proposição ora em análise nesta Comissão, devendo seguir seu trâmite normal nos termos do Regimento Interno que rege o processo legislativo desta Casa.

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

() Pelo **acatamento do voto do relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, de acordo com a natureza de seus votos.

() Pela **rejeição do voto do relator**, apurado através dos votos dos parlamentares membros dessa Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este parecer, nos termos da natureza de seus votos.

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina, ~~11~~ de dezembro de 2013.

João de Deus

Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT

RELATOR

| |
|--|
| APROVADO A UNANIMIDADE |
| em 17 / 12 / 13 |
| Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor |